Processo nº 280/2007

Data: 26.07.2007

(Autos de recurso penal)

Assuntos : Crime de “roubo qualificado”.

Medida de pena.

SUMÁRIO

Cabendo ao crime de “roubo qualificado” p. e p. pelo artº 204º nº 2 al. b) e artº 198º nº 2, al. f) do C.P.M., a pena abstracta de 3 a 15 anos de prisão, não é de censurar a decisão do Colectivo a quo que fixou a pena concreta em 3 anos e 3 meses de prisão, pois que, atentos os bens tutelados com o crime em questão, (e ainda que tenha o arguido confessado os factos, mostrando-se arrependido), fortes são as necessidades de prevenção geral.

O relator,

José M. Dias Azedo

Processo nº 280/2007

(Autos de recurso penal)

ACORDAM NO TRIBUNAL DE SEGUNDA INSTÂNCIA DA R.A.E.M.:

Relatório

1. A, com os restantes sinais dos autos, respondeu perante o Colectivo de Juizes do T.J.B. vindo a ser condenado como autor da prática de um crime de “roubo qualificado”, p. e p. pelo artº 204º, nº 2, al. b) e artº 198º, nº 2, al. f) do C.P.M., fixando-se-lhe a pena de 3 anos e 3 meses de prisão; (cfr., fls. 167 a 170-v).

Não se conformando com o assim decidido, o arguido recorreu.

Motivou para, nas conclusões que apresentou, afirmar apenas que excessiva era a pena de 3 anos e 3 meses de prisão que lhe foi imposta, pedindo a sua redução para a de 3 anos de prisão; (cfr., fls. 177 a 178).

Respondendo, considera o Digno Magistrado do Ministério Público que “a medida concreta de pena é reveladora de mui boa dosimetria penal”, pugnando assim pela improcedência – quiçá, rejeição – do recurso; (cfr., fls. 181 a 185).

*

Nesta Instância, e em sede de vista, juntou o Exm^o Procurador-Ajduento o seguinte douto Parecer:

“O nosso Exm^o Colega demonstra, concludentemente, a sem razão do recorrente.

E é ocioso acrescentar o que quer que seja à suas judiciosas considerações.

O recurso não pode, realmente, a nosso ver, deixar de improceder.

Este Tribunal, entretanto, tem-se pronunciado pela alteração oficiosa da qualificação jurídico-penal efectuada na 1^a Instância.

E há uma questão que, em nosso juízo, não pode deixar de ser chamada à colação.

Trata-se, concretamente, da (não)condenação do arguido pelo

ilícito referido no art. 262º, nº 3, do C. Penal.

A prática desse ilícito resulta, com efeito, da factualidade dada como provada.

É certo, por outro lado, que são diferentes os bens jurídicos protegidos nas respectivas incriminações.

Deve, pois, afirmar-se existência de um concurso efectivo entre o crime de roubo e o de detenção de arma proibida.

No sentido propugnado decidiu, aliás, recentemente, este Venerando Tribunal - estribando-se, a propósito, em relevantes subsídios jurisprudenciais e doutriniais (cfr. ac. de 15-3-2007, proc. nº 61/2007)”; (cfr., fls. 210 e 210-v).

*

Colhidos os vistos dos Mmºs Juízes-Adjuntos, e certo sendo que ao recorrente foi dada oportunidade para se pronunciar sobre a mencionada alteração oficiosa da qualificação jurídico penal efectuada, (cfr., fls. 212), nada tendo dito sobre a questão, cumpre decidir.

Fundamentação

Dos factos

2. Deu o Colectivo do T.J.B. como provada a factualidade seguinte:

*“Em 9 de Setembro de 2006, por volta das 0H30, a ofendida **B** e o arguido estavam no quarto do Hotel XXX n° XXX para efectuar negócio sexual.*

Chegados ao quarto, o arguido entrou primeiro na casa de banho para tomar banho. Dez minutos depois, o arguido embrulhou o seu corpo numa toalha e entrou no quarto com as roupas na mão. De seguida, o arguido trepou para a cama e deitou o corpo sobre a ofendida. De repente, o arguido tirou das roupas uma faca de fruta, com 10 cm de lâmina, encostou-a ao pescoço da ofendida e disse-lhe em tom ameaçador: "Não se mexa, seja obediente, senão, vou fazer você sangrar". Depois, o arguido tirou das roupas dois fios de nylon, de cor branca e atou as mãos e pés da ofendida para a ofendida não conseguir resistir e fugir. Seguidamente, o arguido vasculhou a bolsa de mala da ofendida que ficava em cima da cadeira e tirou os seguintes objectos:

- Um telemóvel, de marca Ericsson (com o n° de série XXX), de cor

cinzenta escura e um cartão de SIM de Smart Tone nº XXX (valor estimado de MOP\$300,00);

- HKD200,00 em numerário;*
- MOP\$10,00 em numerário; e*
- RMB\$10,00 em numerário.*

De seguida, o arguido cortou os fios de nylon que atavam a ofendida e tirou o relógio de pulso que a ofendida usava na mão esquerda, de marca "Titus", com visor azul e pulseira em metal (valor estimado de MOP\$1.000,00), e mandou a ofendida lhe entregar um par de brincos de ouro, em forma de flor, que usava na ocasião, (valor estimado de MOP\$300,00) e depois, o arguido fugiu do local.

Cerca de 1 ou 2 minutos depois, a ofendida telefonou para o balcão de recepção do hotel para informar o caso e descrever o aspecto do arguido.

Pouco tempo depois, os guardas de segurança do hotel interceptaram o arguido no elevador nº 1.

Bem sabendo que os bens da ofendida não lhe pertenciam, o arguido obrigou-a a entregar-lhe os bens com arma afiada, com intenção de apropriá-los para si.

O arguido, agindo de forma voluntária, livre e consciente, praticou

as condutas acima referidas, bem sabendo que as suas condutas eram proibidas e punidas por lei.

Mais se provou:

Na audiência de julgamento, o arguido confessou a prática do roubo que lhe foi imputada, esclarecendo que ele praticou o referido facto ilícito porque tinha perdido todo o dinheiro nos jogos em Macau. O arguido mostrou-se arrependido.

Segundo o CRC, o arguido é primário.

O arguido declarou ser operador de seguros antes de ser preso preventivamente, auferindo um salário mensal de RMB\$1.000,00, tendo a seu cargo os pais e a mulher. O arguido tem como habilitações académicas o ensino universitário.”

Do direito

3. Insurge-se o arguido contra a medida da pena de 3 anos e 3 meses de prisão em que foi condenado pela prática como autor de um crime de “roubo qualificado”, pedindo a sua redução para a de 3 anos de prisão.

Vejam os.

O crime de “roubo” em causa, p. e p. pelo artº 204º, nº 2 al. b) e artº 198º, nº 2, al. f) do C.P.M., é punido com a pena de 3 a 15 anos de prisão.

Dos factos provados resulta que, em audiência de julgamento, confessou o arguido a prática do crime que lhe era imputado, (esclarecendo que o cometeu porque tinha perdido todo o dinheiro no jogo), mostrando-se arrependido.

Perante isto, e ao facto de ser primário, há que dizer que motivos não havia para se aplicar uma pena não muito próxima do limite mínimo da respectiva moldura penal, que, no caso, como se referiu, é o de 3 anos de prisão.

Porém, o certo é que também não se vislumbram razões, nem o recorrente as indica, para se aplicar uma pena correspondente ao dito limite mínimo.

De facto, mesmo que se entendesse que em termos de prevenção especial fosse de considerar a mesma desnecessária – o que não parece se o caso – há que referir que fortes são as razões de prevenção geral, já que, como se sabe, o tipo e crime em causa não deixa de abalar a paz e tranquilidade pública.

Assim, e tendo presente a pena que ao recorrente foi imposta, 3 meses acima do seu limite mínimo, cremos que sem esforço se conclui que nenhuma censura merece a mesma, necessárias não sendo outra considerações porque ociosas.

Por fim, e quanto à sugerida alteração da qualificação jurídico-penal da conduta do arguido ora recorrente, entende a maioria deste Colectivo que a factualidade provada não permite que se proceda à mesma, pelo que, apreciadas que assim ficaram todas as questões, impõe-se julgar improcedente o presente recurso.

Decisão

4. Nos termos e fundamentos expostos, acordam julgar

improcedente o recurso.

Pagará o recorrente a taxa de justiça de 5 UCs, fixando-se ao seu Exmº Defensor Officioso o montante de MOP\$700.00 a título de honorários.

Macau, aos 26 de Julho de 2007

José M. Dias Azedo

(com a declaração que segue)

{ Tal como se consignou no douto Parecer do Ilustre Procurador-Adjunto, cremos que adequada não é a qualificação jurídica efectuada pelo Tribunal a quo.

Como resulta da matéria de facto dada como provada, cremos pois que com a sua conduta, cometeu também o ora recorrente, em concurso real, um crime de “detenção de arma proibida”, pois que, para além do “roubo” que cometeu, deteve e possuiu uma “faca de fruta com 10 cm de lâmina”.

Como teve já esta Instância oportunidade de afirmar em recente acórdão deste T.S.I., datado de 15.03.2007, e pelo ora relator tirado no Proc. nº 61/2007, no que toca aos crimes de “detenção de arma proibida”, importa ponderar que é o mesmo um crime de perigo comum, visando tutelar o perigo de lesão da ordem, segurança e tranquilidades públicas (cfr., v.g., o Ac. do S.T.J. de 05.04.89 in, B.M.J. 386º-103 e do então T.S.J.M. de 23.10.97 in, “Jurisprudência”, 1997, TII, pág. 1067), enquanto que o crime de “roubo”, como crime “complexo” que é, tutela não só a propriedade, como a liberdade, a integridade física e até a própria vida da vítima; (cfr., v.g., o Ac. do S.T.J. de 15.02.95 in, C.J., Acs. S.T.J., III, T1, pág. 206 e o do referido T.S.J.M. de 24.02.99 in, “Jurisprudência”, 1999, T1, pág. 411).

Sendo assim diversos os bens jurídicos tutelados pelas respectivas normas incriminadoras – artº 204º e 262º do C.P.M. – e, não operando, “in casu”, qualquer dos fundamentos para se dar por verificado um “concurso aparente”, (em razão das regras da consumpção, especialidade ou subsidiariedade), existe, pois, concurso real de infracções entre o crime de “roubo” (ainda que) qualificado e o de “detenção de arma proibida”; (neste sentido, cfr., v.g., o Ac. do S.T.J. de 30.11.83 in, B.M.J. 331º-345 e tirado na vigência do C.P. de 1886; o da Rel. de Coimbra de

14.10.87 in, C.J., Ano XII, 1987, T4, pág. 106; os do S.T.J. de 30.01.1991 e 15.12.94 in, C.J., Ano XVI, 1991, T1, pág. 12 e Ano II, 1994, T3, pág. 263; os de 04.02.93, 10.02.94, 15.11.95 e 17.04.96 in, “www.dgsi.pt/jstj”, o de 30.10.96 in, B.M.J. 460º-425, e, o de 06.01.99 in, SASTJ, nº 27º, 66, onde, expressamente se decidiu que: *“O crime de detenção de arma proibida é um crime de perigo presumido ou abstracto, resultando a sua incriminação da especial danosidade da arma, da perigosidade inerente à própria arma. Se o roubo é cometido com arma proibida, não estamos perante qualquer das situações de concurso aparente de crimes – nas quais, segundo a terminologia da doutrina mais comum, há entre as normas concorrentes uma relação de especialidade, de subsidiariedade ou de consumpção – e sim face a indiscutível concurso real de dois crimes, previstos e puníveis pelos artºs 210º, nº 2, al. b) e 204º, nº 2, al. f), do CP, o primeiro, e 275º, nº 2, do mesmo diploma, o outro”*).

É que, para além e sem prejuízo do afirmado, importa ponderar que o crime de “roubo qualificado”, pode ser cometido com a utilização de qualquer arma, mesmo que não proibida, contemplando apenas o crime previsto no artº 262º do C.P.M., o uso e porte de “armas proibidas”, pelo que se nos afigura também que, decidindo-se apenas pela prática de um crime de “roubo qualificado” (porque cometido com arma proibida), fica algo de fora, que é, no fundo, o núcleo essencial da punição do crime do dito artº 262º.

Ademais, sendo como se disse um crime de perigo, este consuma-se logo que o agente passa a deter a tal arma proibida, integrando o uso material que dela venha a fazer posteriormente, um segundo delito, autónomo em relação ao primeiro.

Na verdade, sendo de se considerar que punindo-se com o crime de “arma proibida” o mero “perigo” do seu uso, (sem se ter como destinatários uma pessoa determinada, mas sim um círculo de pessoas não determinadas), mostra-se-nos de considerar também que o funcionamento desse crime como meio comissivo do crime de “roubo”, não esgota o perigo, inerente à sua tipicidade, de ofensa a uma pluralidade de bens jurídicos de terceiros, pessoais e patrimoniais.

No mesmo sentido, segundo cremos, se inclina a maioria da doutrina sobre a questão, cabendo aqui, a título de mera referência, citar Cuello Calón que peremptóriamente afirma: “Quando a detenção ilícita de armas concorre com um delito ou delitos de homicídio ou ofensas corporais de atentado, ou com outro delito, aquela infracção não fica absorvida por este existindo então um concurso de delitos”; (in, “Derecho Penal”, Tomo II, págs. 159 e 160 11ª ed., Barcelona, 1961, podendo-se ainda ver, no mesmo sentido e mais recentemente, Faria Costa, no seu

estudo “O Perigo em Direito Penal”, 1992, pág. 623).

Assim, considerando-se que pode – e deve – este T.S.I. alterar oficiosamente a qualificação jurídica efectuada pelo T.J.B., desde que, não agrave a medida da pena aplicada, e observado estando o contraditório sobre tal (possível) alteração, decidia no sentido de se considerar o arguido ora recorrente como autor de mais um crime de “detenção de arma proibida”.)

Chan Kuong Seng

Lai Kin Hong